

DEWEY, Susan; ST. GERMAIN, Tonia. 2017. *Women of the street: how the criminal justice-social services alliance fails women in prostitution*. New York: New York University Press

André Rocha Rodrigues¹

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS/UFSCar)

euandre.rocha@gmail.com

A antropóloga Susan Dewey tem mais de uma década de experiência em pesquisas sobre a relação de mulheres com o mercado do sexo, violência e trabalho precário. Realizou etnografias na Armênia, Bósnia, Índia e nordeste dos Estados Unidos e produziu relatórios técnicos para o UN Women, o US Census Bureau, e o Wyoming Department of Corrections. Além disso, contribui para veículos de comunicação de grande circulação como o *The Chronicle of Higher Education*, PBS, *The Huffington Post*, *The Washington Post*, e *The Nation*². Essas informações são importantes para entender sua atuação política como antropóloga exposta em seu livro.

Women of the street: how the criminal justice-social services alliance fails women in prostitution é fruto de uma pesquisa que teve início em 2010 em Denver, Colorado (EUA) com duração de seis anos, e contou com a parceria de Tonia St. Germain, jurista e diretora aposentada de Centro de Estudos de Mulheres e Gênero, Eastern Oregon University. Nesse livro, as autoras exploram a relação entre as “*Street-Involved Women*” e os profissionais de serviços sociais e de justiça criminal. Como já anunciado no subtítulo, a associação entre Serviço Social e Justiça criminal falha no tratamento com as mulheres e, no decorrer do livro, as autoras mostram como e porquê os programas governamentais norte-americanos de assistência às mulheres são malsucedidos.

É importante ressaltar que em Denver a atividade de prostituição é criminalizada e, ao contar as histórias das mulheres, Dewey e St. Germain fazem do livro um retrato etnográfico de como essas mulheres se relacionam umas com as outras no contexto de sistemas

1 Membro do GEPAC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia Contemporânea) vinculado à FCLAr/UNESP. Tem experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Antropologia Urbana, atuando desde 2013 nos temas: prostituição, transformação, ocupação e apropriação de espaço público urbano, cidades, gênero e sexualidade. É bolsista FAPESP.

2 Informações disponíveis em *The University of Wyoming* <http://www.uwyo.edu/>

culturais e jurídicos que restringem suas atividades de trabalho e moldam profundamente suas vidas. Apesar de tratar do tema e conter a palavra prostituição no subtítulo, as autoras fazem questão de deixar claro que as suas interlocutoras não se consideram “trabalhadoras sexuais” ou “trabalhadoras do (mercado do) sexo”. O termo “trabalho” no contexto da *East Colfax Avenue* em Denver, Colorado (local majoritário da etnografia) sempre remete a trabalho formal e legalizado. Já a atividade de prostituição surge como estratégia para lidar com a falta de moradia, contra o vício e outros problemas relacionados.

A prostituição então aparece como uma dentre outras atividades desenvolvidas para geração de renda, que também incluem roubo em lojas, tráfico de drogas em pequena escala, venda de vale-refeição e outras atividades criminalizadas (algumas das quais envolvendo violência) para, no limite, sobreviver. Segundo essas mulheres, elas fazem o “*Hustling*” (espécie de gíria local que seria algo como a “correria”, termo utilizado no contexto de cidades como São Paulo, sobretudo nas periferias), para circunscrever atividades que extrapolam as noções mais usuais de “trabalho”. Em função dessa percepção advinda da etnografia, as autoras optam por usar o termo “*Street-Involved Women*” (que pode ser lido como “mulheres das ruas” em uma tradução livre e grosseira) para se referir às suas interlocutoras, e não prostitutas ou algo do gênero. E também por isso que não se ocupam da discussão sobre a legalização da atividade de prostituição.

O termo “*Street-involved*” aparece em alguns artigos para designar norte-americanos que lutam por moradia, contra o vício em drogas e o sistema de justiça criminal. “*Street-involved*”, portanto, enfeixa a combinação dessas forças sem se concentrar necessariamente em uma (como a prostituição) à exclusão de outras. Da mesma forma, Dewey e St. Germain usam “*Street-based sex trading*” ou uma variedade de sinônimos relacionados para referir-se às trocas de sexo por dinheiro ou drogas ilícitas, que ocorrem em carros, motéis, ou espaços públicos semi isolados, perto das áreas onde as mulheres vivem e negociam clientes.

Trata-se de um livro sobre dois grupos de pessoas: aqueles que ganham algum tipo de renda ao se envolverem em trocas de sexo por dinheiro nas ruas, e os funcionários que trabalham na justiça criminal e nos serviços sociais, e que tem como objetivo reduzir o que é entendido pelos funcionários (policiais, detetives, defensores públicos, juízes, oficiais de liberdade condicional e prestadores de tratamento terapêuticos designados pelo tribunal) como danos causados pela prostituição através da atividade.

O tom do livro é dado já nos agradecimentos que constam antes da introdução. As autoras contam que logo após realizarem uma das entrevistas, uma mulher, ao deixar o quarto de hotel, disse: “*Listen, sister,*” *she intoned, her voice breaking slightly with emotion, “now you better get out there and do somethin’ with what I just told you, because I was one hundred percent fuckin’ straight with you today about life out here, and I didn’t have to be”* (Dewey & St. Germain 2017: vii, grifo meu). Nota-se então que há uma espécie de urgência prática em denunciar a falha do sistema no livro e, justamente por isso, Dewey realiza um trabalho em conjunto com a jurista Tonia St. Germain para tentar “fazer algo” (“*do something*”) a respeito da situação dessas mulheres.

As próprias autoras reconhecem que antropólogos e juristas raramente trabalham juntos, ou mesmo sequer interagem, mas em face dessa urgência prática, o trabalho se fez possível a partir da disposição mútua, visando uma produção interdisciplinar que olha para estas mulheres, buscando compreendê-las em suas ações e contextos, mas também

olha para os profissionais da “*Aliance*”, termo abreviado para se referir à coalizão de forças punitivas-terapêuticas que trabalham em conjunto para policiar ou regular as mulheres, seja através de repressão, encarceramento ou tratamento terapêutico.

Assim, o livro toma sua forma com o movimento de apresentar duas etnografias, uma sobre as mulheres e outra sobre os profissionais da aliança, mostrando como é a relação entre esses dois grupos. Há dados sobre como as mulheres diferem consideravelmente por idade, fontes de renda, experiência de vida, como se aproximam do comércio de sexo e estabelecem suas estratégias de vida. Essa heterogeneidade também é apontada entre os profissionais da aliança que tem posturas e maneiras diferentes de entender e realizar o trabalho. Contudo, a leitura mantém a expectativa no leitor de querer saber mais sobre essa heterogeneidade. Ter conhecimento do ponto de vista das mulheres e dos profissionais da aliança a respeito do que eles próprios entendem por gênero, raça e classe seria interessante para, inclusive, estabelecer uma reflexão mais profundada e enriquecedora sobre os assim chamados “marcadores sociais da diferença”. Contudo, não avançam nesse sentido.

Ao mostrar a relação entre esses dois grupos, destacam que a aliança entre a justiça penal e os serviços sociais patologiza o comércio sexual e o uso de drogas ilícitas pelas mulheres, como respostas individuais a eventos traumáticos, que resultam de algum tipo de falha cognitiva, e isso incentiva o que os profissionais da aliança normalmente caracterizam como “comportamentos de alto risco”. Constatação que, evidentemente, leva a conflitos, não somente entre as mulheres e a aliança, mas também entre os próprios profissionais que observam falhas no “*ethos da aliança*”.

Além do mais, ao focar na relação entre esses dois grupos, a dimensão espacial e da cidade propriamente dita, apesar de bem descrita, é analiticamente pouco explorada. Não se sabe como as mulheres se relacionam com os espaços da vizinhança da *East Colfax Avenue*, ou como criam e simbolizam tais espaços, tão pouco como circulam e entendem a cidade de Denver. Por vezes, a cidade aparece apenas como pano de fundo, chegando a dar a impressão de que poderia ser qualquer cidade, pois para um leitor que não conhece o lugar, a ausência de mapas e fotografias prejudica a compreensão. Dada a potência dos relatos e a maneira como o livro é conduzido, fica a vontade de saber um pouco mais também sobre a cidade onde estão essas pessoas.

Contudo, a preocupação das autoras é outra. O argumento central de Dewey e St. Germain é que o predomínio financeiro e ideológico do sistema de justiça criminal dentro da aliança entre justiça penal e serviços sociais resulta em uma amálgama que individualiza profundamente o comércio das mulheres e atividades de uso de drogas ilícitas como escolhas patológicas das mulheres. Segundo elas, uma compreensão completa dos meios pelos quais os indivíduos criam, negociam e protestam estes quadros conflitantes é essencial para o desenvolvimento de leis e políticas baseadas em evidências que melhorem a igualdade de gênero, raça e classe.

Essa abordagem de *Women of The Street* pode ser entendida como uma boa resposta àqueles que por vezes acusam levianamente a narrativa etnográfica e a própria antropologia de se distanciarem das atividades, de não contribuir para um saber que deveria amparar as políticas públicas, ou de constituir um conhecimento pouco pragmático e positivo. As autoras, ao esclarecerem o pensamento, organizarem as ideias e dar sentido à realidade “fazem algo” em relação às desigualdades, fundamentalmente as de gênero, que

subjazem à prostituição de rua e que constituem questões sociais duradouras. Sobretudo por denunciarem as realidades socioeconômicas que muitas vezes informam as escolhas das mulheres das ruas, expor um sistema que falha em função de se basear em suposições falsas sobre a vida dessas mulheres, e se posicionarem a favor da descriminalização da prostituição e do uso de drogas.

O exercício de realizar um exame crítico mais aprofundado das maneiras pelas quais o sistema de justiça criminal e a sociedade em geral abordam essa importante questão social só é possível graças à seriedade como tratam o tema, à etnografia extensa e bem realizada, a maneira de levar a sério as mulheres e os profissionais da “Aliança” e a problematização dos dados levantados. Tal exame crítico, as autoras deixam claro, tem de ser sempre o cerne de toda análise antropológica, sobretudo daquela se propõe a fazer algo pelas pessoas. Dewey e St. Germain nos lembram de que o fazer científico é um ato político da maior importância.

Recebido em 26 maio 2017

Aceito em 30 jun. 2017